

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



10. A ANARQUIA DO SÉCULO III

Cláudia Teixeira

Universidade de Évora

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

ORCID: 0000-0002-1282-2568

caat@uevora.pt

Sumário: Neste capítulo, descrevem-se os elementos que, tradicionalmente, são chamados à colação para explicar o período de 235 d.C. a 284 d.C.. Além de uma breve exposição relativa às fontes, apresentam-se os elementos de ordem económica, demográfica e climática que caracterizaram este espaço temporal e descrevem-se os confrontos com a Pérsia, as invasões, os conflitos internos e as secessões na Gália e no Oriente. Por fim, elencam-se as reformas realizadas, nomeadamente por Galieno e Aureliano, e as tendências observadas no âmbito da gestão do Império¹.

A morte de Alexandre Severo, assassinado em 235 d.C., marca não apenas o fim da dinastia severa, mas também o início de um longo período de instabilidade, que se tornou conhecido como ‘período da anarquia’ ou ‘período da anarquia militar’.

Os problemas que eclodem não são, na sua maioria, novos: a extensão do império impunha métodos de gestão complexos que obrigavam ao recurso a uma máquina burocrática pesada e cara; o fim do expansionismo territorial impôs dificuldades à preservação do crescimento económico; a depreciação monetária tinha sido um mecanismo recorrentemente usado no passado² para

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)*. (PTDC/LLT-OUT/28431/2017).

² No tempo de Augusto o denário continha 95% de prata. Após sucessivas desvalorizações ocorridas nos principados de Nero, Marco Aurélio, Septímio Severo e Caracala, a moeda de prata entrou em rápida depreciação. Vide Potter 2004 137-138 e 268.

fazer face às crescentes dificuldades financeiras, originando elevados índices de inflação; a instabilidade nas fronteiras, ameaçadas por povos bárbaros que forçavam a entrada no espaço do Império, constituía uma realidade desde o século anterior; crises políticas, nomeadamente de sucessão, haviam ocorrido no final das dinastias júlio-cláudia e antonina; e usurpações, quer na forma tentada, quer *ipso facto*, aconteceram também nas dinastias precedentes.

Todavia, no período de 235-284, a situação política, militar e económica do Império sofre uma agudização, não só porque nela confluem problemas aos quais as políticas anteriores não deram solução cabal, mas também porque surgiram outros elementos de perturbação.

1. Fontes

A análise deste período (235 d.C.-284 a.C.) constitui, ainda hoje, um desafio, em primeiro lugar, devido a uma substancial falta de fontes fidedignas e circunstanciadas que permitam reconstruir, de forma integrada, a genealogia e a evolução deste período de instabilidade. Não quer isto dizer que o estudo do século III se encontre desprovido de fontes coevas. Como observa Géza Alföldy, “Our preserved literary sources from the third century are quite diverse works of pagans and Christians, historians and rhetors, apologists and philosophers, written in Egypt, Asia Minor, Africa, Rome, Gaul or elsewhere, and their statements are influenced by time, place, religion, by the authors’ personal interests and by the literary *genos*.”³

Apesar desta constatação, a verdade é que a historiografia contemporânea continua a apresentar reservas no tocante aos elementos que nos são transmitidos pelos textos antigos. As razões são diversas e oscilam entre a consideração de que se, por um lado, os autores cristãos, apesar de nos terem deixado uma visão de um mundo em decadência, recorrentemente assolado por guerras, pestes e fomes,⁴ conferiram mais relevo aos desafios que se punham ao crescimento da Igreja, submetendo o impulso de historiografar as vicissitudes do império ao filtro dos valores emergentes do cristianismo, por outro lado, também os textos de autores pagãos, além de escassos, desenvolvem características que os afastam da historiografia de cariz elevado e eloquente dos séculos precedentes.

³ Alföldy 1974 90-91. Veja-se também Alföldy 1989, esp. 240 e segs.

⁴ Alföldy 1974 101-102: “In Christian literature, the constantly emphasized *fames et terrae motus et pestilentiae* were an old apocalyptic topic. But Saint Cyprian gave in his *Ad Demetrianum* (3) a detailed catalogue of the actual economic problems: shortage of food, increasing prices, exhaustion of mines and quarries, decline of craftsmanship. (...) Seventh, decrease in population and manpower shortage, frequently emphasized in the third century (...). Cyprian lamented that *decrescit ac deficit in arvis agricola, in mari nauata, miles in castris*, and Dionysius of Alexandria was shocked by the decrease in population in his city. This problem, together with physical degeneration and decreasing duration of life, was emphasized also by Philostratus, pseudo-Aristides, Solinus, Arnobius and Lactantius, and by panegyrists as well, who praised the first tetrarchy for the fact that *hominum aetates et numerus augetur*, which was denied, however, by Lactantius.”

Assim, no século III, Herodiano escreve, em grego, *História do Império Romano após Marco Aurélio*, que subsiste como a melhor fonte para o período imediatamente subsequente ao fim dos Severos: o final do livro VI e o VII incidem, respetivamente, no período de ascensão e de governação de Maximino Trácio (235 d.C.- 238 d.C.); e o livro VIII relata os acontecimentos do ano 238 d.C.. Ainda do mesmo século, as obras de Déxipo de Atenas, sobre as guerras entre Romanos e Godos (*Skythika*) e sobre o império de Cláudio o Godo (*Chronike Historia*), sobreviveram apenas fragmentariamente⁵. Do século IV conservou-se um conjunto de obras, muito possivelmente elaboradas a partir da mesma fonte⁶. Além da *Historia Augusta*, uma coletânea de biografias de imperadores, césares e usurpadores⁷, em grande parte considerada fantasiosa e contaminada por uma considerável subjetividade, chegou-nos um conjunto de obras desenvolvidas segundo o mesmo esquema narrativo: o *Liber de Caesaribus* de Aurélio Victor, o *Breviarium Historiae Romanae* de Eutrópio e a *Epitome de Caesaribus*, obra anónima, equivocadamente atribuída a Aurélio Victor. Do mesmo século, subsiste ainda o *Breviarium rerum gestarum populi Romani* de Festo.

Se a leitura destes textos torna perceptíveis as dificuldades e as transformações que se operaram durante o período da anarquia, já a explicação das causas do suposto declínio do império, mais do que decorrer de uma avaliação crítica dos processos, enfermava de uma conceção personalizante da análise histórica, de cariz moral, que via os acontecimentos como resultado direto das ações e do carácter dos seus agentes, tipologicamente segmentados entre “bons e maus imperadores”, ou, sobretudo nos textos cristãos, de uma conceção moralizante da história, que frequentemente interpretava as vicissitudes dos tempos como resultado da intervenção divina, que por meio delas castigava a decadência moral do Império: “(...) the whole Christian apology laid the blame on pagan society, vehemently putting forward very similar arguments: all contemporary evils were to be regarded as *ultio divina* (thus in Cyprian’s terminology, referring to the defeat of Decius by the Goths) for the religious and moral sins of pagan Rome and, indeed, for the weakness and laxity of some Christians, too. (...) Historians attempted to find more

⁵ A obra de Déxipo de Atenas foi continuada, no século seguinte, por Eunápio, que escreveu sobre os anos de 270 d.C. a 404 d.C.

⁶ Alexander Enmann formulou a tese de que estas obras teriam tido uma fonte comum. Essa fonte ficou conhecida como *Enmannsche Kaisergeschichte* ou simplesmente *Kaisergeschichte*.

⁷ A obra inicia-se com a biografia de Adriano e termina com a de Carino, com uma lacuna que abrange os anos de 244 a 253, correspondente aos principados de Filipe, Décio, Treboniano Galo e Emiliano. A obra, a despeito dos julgamentos relativos à sua falta de fidedignidade, tem motivado substanciais estudos. A título de exemplo, deixa-se aqui a referência aos treze volumes publicados entre 1963 e 1989, em Bona, da série *Historia Augusta Colloquia*, a que se seguiu a publicação de mais dez volumes entre 1991–2007, em Itália (Macerata: vol. 1; Bari: vols. 2-10) da nova série dos *Historiae Augustae Colloquia*.

rational explanations as well. Cassius Dio and Herodian tried to explain all evils in contemporary history by errors and mistakes of emperors - in particular the young ones, said Herodian (1.1.6) - who disregarded the traditional order. The same personalistic attitude towards history is to be found frequently.”⁸.

Embora a fixação da memória histórica torne reconhecíveis os sinais da instabilidade vivida neste período do século III, contudo as fontes não desenvolvem, de forma articulada, o problema das suas causas para que seja epistemologicamente possível um conhecimento integrado da realidade.

A escassez de informação exige frequentemente o recurso a autores posteriores⁹ (Eunápio, Zósimo Malalas, Jordanes, Sincelo e Zonaras, entre outros¹⁰), ou a obras de outros géneros (como aos obscuros *Oracula Sibyllina*, cujo livro XIII nos oferece informações sobre a campanha de Gordiano III contra a Pérsia), ou ainda a autores de outras tradições (de que é exemplo a monografia de Al-Tabari sobre os Sassânidas). De igual forma, quer a epigrafia quer a numismática têm sido fundamentais para a reconstituição do período. Se o declínio da epigrafia comprova, em termos de macroanálise, a quebra do investimento em obras públicas e a redução das práticas evergéticas, os textos das inscrições que sobreviveram ao período têm-se provado úteis para a reconstituição dos acontecimentos e da respetiva cadeia cronológica. A título de exemplo, a inscrição que transmite a *Res gestae Divi Saporis* dá-nos informações sobre as cidades conquistadas a Oriente nas guerras com os Romanos; e a inscrição de Augsburg, encontrada no início dos anos noventa do século XX, permitiu introduzir na narrativa histórica um episódio desconhecido (a libertação de romanos capturados pelos Jutungos), contribuindo ainda para a definição da cronologia da secessão na Gália;¹¹ de igual forma os estudos numismáticos oferecem-nos dados que permitem confirmar a existência de sujeitos históricos¹², bem como informações relativamente a matérias tão distintas como o grau de enfraquecimento da moeda ou as tendências da representação imperial¹³.

⁸ Alföldy 1974 106.

⁹ Uma exaustiva concatenação de fontes relativas às guerras com a Pérsia encontra-se em Dodgeon – Lieu 1991.

¹⁰ Em Drinkwater 2008 65-66, pode ler-se uma breve análise crítica das fontes mais relevantes para o estudo deste período.

¹¹ Vide Hekster 2008 26; e Potter 2004 296-297.

¹² Goldsworthy 2009 138: “In 2004 a coin was found in Oxfordshire bearing the image and name of the extremely short-lived usurper Domitianus. Briefly mentioned in the literary sources, he was said to have rebelled against Aurelian in 270 or 271. Only a single coin had previously been found with his name, and this had widely been dismissed as a forgery. Now it is clear that he made a bid for imperial power, probably somewhere in the western provinces, and lasted long enough to have coins minted in his name.”

¹³ Vide Manders 2012, esp. 221-222 e 253-309.

2. Economia, clima e demografia

Um dos problemas estruturais que abalou o império durante o período de crise foi a sistemática desvalorização da moeda e o conseqüente enfraquecimento do sistema financeiro. Os esforços de guerra, quer nas fronteiras, quer em quadro intestino, exauriram o tesouro público¹⁴, levando à tomada de medidas económicas e financeiras, que, contrariamente ao esperado, se tornaram parte do problema. Um dos recursos à disposição dos imperadores para adquirir liquidez financeira passava pela aplicação de medidas fiscais, nomeadamente aumentando impostos, de forma sistemática ou extraordinária. Todavia, a ampliação da carga fiscal não só operava um sério contraste com o regime de baixa taxaçoão que caracterizara o império nos tempos precedentes, como, aplicada em tempo de crise, suscitava a animosidade das populações, agravadas por medidas consideradas injustas,¹⁵ criando tensões sociais e revoltas: “In the face of these ever-increasing demands for revenue, local notables protested loudly (and in some cases simply refused to collect) the war taxes which central government attempted to impose on the provinces of empire.”¹⁶ Desta forma, e independentemente de a política subjacente às tributações agravar todos ou apenas alguns setores da população¹⁷, o potencial subversivo destas medidas (que explicaria, por exemplo, os esforços de redução da carga fiscal no tempo de Gordiano III¹⁸), aliado às dificuldades de realizar a taxaçoão com regularidade, sobretudo nas zonas mais instáveis, tornou a desvalorização da moeda o mecanismo mais utilizado durante a crise do século III para fazer face à necessidade de liquidez. Caracala tinha introduzido o antoniniano¹⁹ em 215 d.C..

¹⁴ Lo Cascio 2008 161: “The immense war effort of these years inevitably entailed more taxation, which increasingly took the form of requisitions for the *annona militaris*.”

¹⁵ Drinkwater 2008 30 observa, sobre Maximino: “On the other hand, his constant warfare led to a significant increase in state spending which had to be met from taxation. Maximinus tightened up the collection of standard taxes and demanded extraordinary payments from rich and poor alike. Money and materials were not the only things he asked for: the levying of recruits may also have occasioned resentment.”; idem 34, sobre Gordiano III: “The new administration attempted to avoid a reputation for rapacity, and efforts were made to reduce the tax burden. (...) The continued production and debasement of the *antoninianus* suggests fiscal difficulties;” idem 38, sobre Filipe: “Towards the end of his reign, his brother, Priscus, attempted to increase taxes in the east, but managed only to provoke a second ephemeral rebellion led by M. F(ulvius?) Ru(fus?) Iotapianus. Contemporary religious rioting in Alexandria was, perhaps, also stimulated by Priscus’ attempts to squeeze more taxation from Egypt.”; idem, 51 sobre Aureliano: “Aurelian’s attempts to increase his resources brought him more unpopularity. It was perhaps his efforts to improve tax collection that inspired charges of rapacity;”

¹⁶ Kelly 2004 110.

¹⁷ Lo Cascio 2008 161: “But there were also attempts to reform the very system of tax collection. Philip the Arabian, for example, tried to distribute the tax burden more equitably and efficiently by revising the definition of taxable capacity, without weighing excessively on the higher classes.”

¹⁸ Vide nota 14.

¹⁹ Segundo Corbier 2008 334: “The weight and silver content of the *antoninianus*, which becomes the commonest denomination, falls by very little before 250, but the decline then accelerates.

A cunhagem desta moeda, suspensa no tempo de Heliogábalo, foi retomada com Pupieno e Balbino e substituiu o denário no tempo de Gordiano III. A moeda rapidamente ficou à mercê de sucessivas desvalorizações, ocorridas, por exemplo, nos principados do próprio Gordiano III, de Filipe e de Galieno²⁰. No entanto, as emissões com baixa percentagem de prata geraram uma crise de confiança por parte das populações, o que, conseqüentemente, levou ao aumento de preços de forma a compensar o reduzido conteúdo de metal precioso – situação que, por sua vez, conduziu a uma espiral inflacionária.²¹ A inflação, que segundo alguns estudos teria chegado aos 1000%, levou ao declínio do poder de compra, das atividades económicas e das trocas comerciais. Em virtude desta circunstância, as receitas tributárias desceram, pelo que “(...) the cash payments to the army and some taxes were partly transmuted into payments in kind. From the third century the *annona* became more of a regular institution, but at first its regulation was inconsistent and spasmodic. Cash payments to the army were taken from the central treasury, but requisitions in kind fell most heavily on those areas where the troops were operating.”²².

Além disso, nas províncias mais expostas às invasões existem indicadores de que a instabilidade afetou a produtividade, o que, conseqüentemente, conduziu à descida do volume dos excedentes agrícolas. Que os campos foram, em parte, abandonados pode deduzir-se das medidas fiscais de Aureliano e de Probo que pretendiam encorajar a produção agrícola e a viticultura²³. Evidentemente, a situação não seria igual em todas as regiões do império, nem as alterações aconteceram necessariamente no mesmo espaço cronológico²⁴. Estudos recentes, apoiados em dados arqueológicos, têm revelado indicadores, desconhecidos ou não tratados pela literatura, que nos permitem perceber as múltiplas variações da crise não só à escala regional como, em alguns casos, no plano intra-regional²⁵.

These reductions also affect the *aureus*: its weight keeps falling and, besides, its metal content is reduced in the reigns of Valerian and Gallienus, while its weight becomes totally erratic.”. Vide também, Burns 2013.

²⁰ Watson 2003 126 observa: “The debasement of this coin was not only rapid but thorough: under Gallienus the antoninianus effectively became a base-metal coin with the merest dash of silver, so that, by the time of Aurelian’s accession, its silver content was little more than 1.5 per cent.”

²¹ Watson 2003 125- 126 aduz ainda outras conseqüências destes debasements: “(...) the virtual collapse of the copper-based coinage. (...); the end of the local civic coinage. (...); a rapidly increasing amount of fraudulent coining.”

²² Southern 2001 96.

²³ Watson 2003 137.

²⁴ Hekster 2008 35: “Geographic differences become even more telling if they are combined with chronological differentiation. Until the 260s, many areas of the empire (especially those that were not directly touched by warfare) changed little in terms of inhabitants, welfare and infrastructure. The areas that have been thus defined by recent scholarship include Italy, Gaul, Britain, Spain and of course northern Africa.”.

²⁵ Jongman 2007 197: “More land per person inevitably means a lower aggregate production: production per hectare must have gone down, since there was more land to work in the same

Estes indicadores comprovam, por exemplo, que, se a agricultura no Norte da Península Itálica, da Germânia e da Gália entrou em decadência, na Britânia não há sinais de declínio;²⁶ e que na Hispânia²⁷ e no Norte de África²⁸ não se registam sinais de eversão económica.

De igual forma, o êxodo das populações não foi uniforme: se, em algumas regiões, as cidades foram abandonadas, em outras registou-se o abandono dos campos, por vezes causado por razões idiossincráticas; se, por um lado, algumas zonas rurais foram desocupadas porque se encontravam diretamente expostas às invasões, outras, situadas em zonas seguras, teriam sido abandonadas pelos proprietários em virtude da incapacidade de cumprirem exigências fiscais pesadas e de consecutivos anos de más colheitas; por sua vez, as pequenas produções abandonadas neste último contexto tenderam a concentrar-se nas mãos de grandes proprietários, aos quais o campo oferecia uma maior proteção do movimento invasor, que preferencialmente dirigia os ataques contra aglomerados populacionais de maior dimensão.

A instabilidade afetou também outros setores como os da extração²⁹ e o comércio: “The intestine wars, the external pressure, and the economic crisis of the third century had a damaging effect on the Eastern long-distance trade. It has already been noted that trade was prosperous when the Empire was at peace, that is, from the later first century B.C.; consequently, it should hardly come as a surprise that internal warfare in the third century had

amount of time. For this reason, and because some of the worst land was probably abandoned, production per man hour must have gone up, and thus also incomes from agricultural labour (...) Duncan-Jones has recently surveyed the evidence for agricultural change, and concluded that there were two trends: the first is that from the third or even late second century A.D. site numbers declined pretty steeply in many (though not all) parts of the Empire. The second trend is that of a particularly steep decline of smaller sites, and an increase in the size of larger and sometimes even fortified sites. The agricultural decline seems to have gone together with a change in rural social relations.” Vide exemplos de variação regional e intra-regional em Hekster 2008, 34 e segs.

²⁶ Martino 1985 567: “Perdonada por las invasiones, Britania tuvo en el siglo III y en la primera mitad del IV una agricultura que seguía siendo floreciente, mientras que en otras partes, como hemos visto, decaía (...).”; idem, 570: “Como la Galia, e incluso de forma más inmediata, Germania estaba expuesta a las incursiones e invasiones de los bárbaros del siglo III, que dejaron profundas huellas en la región, provocaron el empobrecimiento del campo y la desaparición de la pequeña propiedad (...).”. Vide também, Birley 2007.

²⁷ Vide Bravo Castañeda 1993 e Arce Martínez 1993.

²⁸ Hekster 2008 36: “It may not be a coincidence that the area of the Roman world with the most stable economy was also the zone which suffered least from the military unrest in the empire. With the Mediterranean in the north, and the Sahara in the south, Africa was safe from enemy attacks. Brigands roamed round on occasion, but they had already done so before the third century, and created more embarrassment than disaster (...). More importantly, perhaps, Africa was spared the large conglomeration of troops, which many border regions of the empire suffered (...).”

²⁹ Marzano 2011 221: “Indeed, by the third century, because of those invasions and disorders that caused the fortification of the Iberian towns to be built, the exploitation of the mines had ceased and the export of olive oil and salted fish had dropped.”.

damaged this trade. Similarly, the uncontrolled inflation which gripped the Roman world during the latter part of the third century damaged international commerce, in so far as the buying power of Roman currency collapsed. In addition, the serious inflation greatly reduced the ability of citizens to purchase luxury goods.”³⁰.

Estudos recentes têm também chamado a atenção para as alterações climáticas ocorridas entre os séculos II e III. O clima, tradicionalmente quente e húmido, teria dado lugar a tempos mais secos e frios³¹, o que teria tido impacto na produtividade agrícola,³² gerado problemas fitossanitários e, na opinião de alguns autores, contribuído para a pressão dos povos bárbaros nas fronteiras³³. Outro problema que assolou o Império foi a peste. Embora seja difícil calcular o impacto deste fenómeno na população, as epidemias ocorridas nos principados de Treboniano Galo, Galieno e Cláudio tiveram efeitos na baixa demográfica que se sentiu no século III e, conseqüentemente, na economia e na sociedade.

3. Conflitos

Um dos fatores que, tradicionalmente, é chamado à colação na qualidade de elemento estruturante da crise de 235-284 assenta na pressão operada a Este pela Pérsia, reemergente após a subida ao poder da nova dinastia sassânida, e no *limes Germanicus*, isto é na fronteira do Danúbio e do Reno, pelos povos germânicos³⁴. Todavia, a conflitualidade da época não se resume apenas ao plano externo. As contínuas, aceleradas e violentas substituições de liderança tornaram os problemas internos protagonistas de uma instabilidade política sem precedentes na história do Império.

³⁰ Nappo 2007 237.

³¹ Jongman 2007 212: “From about the late second century A.D., and after a few centuries of remarkably warm and humid weather, Rome was entering a period of cooler and dryer weather that was to last a few centuries.” Vide também Harper 2017 129 e segs.

³² Jongman 2007 212, n.24: “Climate change would also have implied shifts off the production function itself (i.e. a negative technical change), because same quantities of land and labour now produced less than before.”

³³ Nicols 2007 436-437: “The congruence between a relatively more benevolent climate in the first and second centuries and the peace and stability of the years of the principate stands in contrast to the comparably unfavorable conditions during the third century, suggesting that a changing and less benevolent climate may have been a factor in driving the northern barbarians to enter the Roman Empire. Again, it is difficult to make the case that changes in climate could be the sufficient cause to explain the movement of barbarians during this period, but when taken together with the other factors represented here, a more coherent pattern of cause and effect may be deduced.”

³⁴ A reconstituição cronológica dos movimentos de investida bem como a identificação das tribos invasoras lidam hoje ainda com muitas incertezas e flutuações. Vide Drinkwater 2007.

3.1. O conflito com a Pérsia

Seria demorado fazer a resenha de todas as operações militares ocorridas entre Romanos e Persas, na época regidos pela nova dinastia sassânida. As duas civilizações partilhavam uma larga tradição de investidas mútuas, conquistas, perdas e reconquistas de cidades e territórios, em um teatro de guerra, ideologicamente mantido ao longo dos tempos e que se reacendeu militarmente a intervalos temporais assíduos nos séculos precedentes.

O ressurgir, no século III, de uma Pérsia mais expansionista constituiu certamente um problema no plano geopolítico. A ameaça começou a fazer-se sentir com a invasão da Mesopotâmia por Artaxes I, ainda no tempo de Alexandre Severo. A resposta romana viria apenas com Gordiano III. Na Pérsia governava Sapor I, filho e sucessor de Artaxes I. O imperador chegou ao oriente em 242 d.C. e, durante a campanha, reconquista Carras, Edessa e Nísibis, avançando posteriormente sobre a capital sassânida, Ctesifonte; todavia, presumivelmente depois de uma derrota militar em 244 d.C., é morto em circunstâncias obscuras.³⁵ Filipe foi imediatamente aclamado imperador pelas tropas. A necessidade de regressar a Roma para garantir a sua sucessão resultou em uma negociação da paz com Sapor I, pela qual Filipe pagou “the equivalent of 500,000 gold dinars, and acceptance that Armenia lay within the Persian sphere of influence. However, these terms, though expensive, were not disastrous. Timesitheus’ Mesopotamian reconquests were retained; and the money was a single payment of ransom, not an annual tribute.”³⁶

Problemas que afetavam o reconhecimento dos interesses persas na Arménia, possivelmente condicionados por conflitos entre Sapor I e os governantes arsácidas, que mantiveram o trono arménio, levaram os Sassânidas a retomar as hostilidades. A Arménia é anexada pela Pérsia e o exército que Treboniano Galo envia para o enfrentar é derrotado na batalha de Barbalisso; em consequência, Sapor I entra na Síria, devastando, saqueando e tomando um grande número de posições e cidades. A resposta em grande escala viria com Valeriano, que, em 254, parte para oriente, onde recupera cidades e restabelece o comando romano na Síria; mas problemas com Godos do Mar Negro, que assolavam a costa do Mar de Mármara, obrigaram-no a deslocar o exército que, a breve trecho, se verá flagelado pela peste; a ausência do imperador incentivou novas investidas persas sobre domínios romanos. Valeriano é obrigado a regressar ao Oriente, tendo sido capturado durante ou após a derrota a batalha de Edessa, juntamente com o exército remanescente, fragilizando a posição romana na região.

³⁵ Drinkwater 2008 36: “Gordian III perished: he either fell in the battle itself or, more probably, he died or was killed by his own men soon after its end.”. Aurélio Victor (*Lib. Caes.* 27. 7–8) e Festo (*Brev.* 22) atribuem a morte de Gordiano III a uma conspiração de Filipe. Vide Edwell 2008 172.

³⁶ Drinkwater 2008 36. Southern 2001 71 observa: “It is possible that he also agreed to pay regular tribute in addition to the initial payment, but this is not proven and has not found corroboration except in Persian sources.”.

Após a captura de Valeriano, que viria a morrer no cativeiro³⁷, as incursões persas na região foram, em grande parte, sustidas pela ação de resistentes locais (circunstância que se verificou também em outras regiões do Império³⁸), que, fruto dessa resistência, consolidaram e robusteceram o seu poder, quer militar, quer civil. Neste enquadramento, teriam especial importância as campanhas contra os Persas realizadas entre 262 e 266 d.C. por Odenato, que entretanto havia sido agraciado por Galieno com o título *Corrector totius Orientis*. Embora o contexto da captura de Valeriano possa ter contribuído para o acolossamento das histórias de reconquistas de cidades perdidas para Sapor I, e sobretudo da extensão dos danos causados ao território persa³⁹, os esforços realizados consagraram a influência de Odenato sobre um vasto território; uma influência que, dentro de pouco tempo, traria consequências para a unidade do império.

O imperador Caro fez a última expedição contra a Pérsia no final do período da crise (282-283 d.C.). Aproveitando problemas internos na corte sassânida, entrou no coração do território inimigo, chegando à capital, mas acabaria por morrer pouco tempo depois em circunstâncias imprecisas⁴⁰.

3.2. Os conflitos com os povos germânicos

Além dos Sassânidas, Roma teve de lidar com outros antagonistas. A conflitualidade com os povos bárbaros de origem germânica tinha tido um momento significativo nas Guerras Marcomanas, no tempo de Marco Aurélio; e distúrbios nas fronteiras continuaram a registar-se quer no final do século II, quer no início do século III. Roma lidou com estes problemas de várias formas. Constituía práticas ativas da política imperial quer as ações bélicas contra os povos que forçavam as fronteiras, quer as permissões de assentamento, quer a contenção das investidas nos territórios do império por meio do pagamento de subsídios. No entanto, na segunda metade do século III, o império teria de

³⁷ Lactâncio escreve (*De Mort. Pers.* 5) sobre as humilhações sofridas por Valeriano durante o cativeiro persa: além de usado como escabelo sempre que Sapor I montava a cavalo, o seu corpo foi esfogado após a morte e a pele exibida em um templo persa como troféu. Todavia, o contexto da obra, que pretendia demonstrar os castigos aplicados aos perseguidores dos cristãos, pode ter justificado a narrativa, que contrasta com as informações obtidas em outras fontes que relatam o tratamento digno que Sapor I deu ao imperador.

³⁸ Vide Potter 2004 250 e segs.

³⁹ Ball 2000 77.

⁴⁰ Segundo a *HA, Caro* 9.1, Caro foi fulminado por um raio. Todavia, a explicação tem sido considerada fantasiosa, pelo que a probabilidade de o imperador ter sido morto em virtude de uma conspiração é mencionada por vários autores. Valerá também a pena lembrar o poema de Sidónio Apolinar, *Carm.* 23, 91-96, alusivo à campanha persa e à morte de Caro: *Nam quis Persidis expeditionem, / Aut uictricia castra præteribit / Cari principis, et perambulatum / Romanis legionibus Niphatem: / Tum, cum fulmine captus imperator, / Vitam fulminibus parem peregit?*

lidar com ameaças crescentes. O contexto das relações que se estabelecem entre bárbaros e romanos foi alterado e perturbado por uma série de fatores, tanto de natureza interna como externa: as campanhas na Pérsia exigiram esforços acrescidos, económica e militarmente, enfraquecendo a defesa do Ocidente; migrações, quase contínuas, de povos aumentaram a pressão, quer no *limes* do Danúbio, quer no Oriente; no tempo de Filipe, o fim da política de subsídios acelerou o antagonismo crescente por parte de tribos instaladas; e a reorganização política dos povos bárbaros, que se firmou em alianças robustas, levou a que os ataques se tornassem mais fortes e estruturados. Fator não despidendo para a deterioração política e militar do império foi ainda a instabilidade interna, alimentada por inúmeras tentativas de usurpação, rebeliões e secessões, que ajudaram a inflamar um quadro de guerra já marcado por um jogo de continuados movimentos de invasão e de resistência.

Durante o período da anarquia do século III, os povos germânicos concentram-se em três zonas a partir das quais lançaram uma série de investidas: os Alamanos⁴¹, uma confederação de tribos de origem germânica, estabelecidos na fronteira do Reno e no Alto Danúbio, atacaram, por vezes em coligação com Jutungos e Francos, a Gália, a Récia e a Península Itálica; os Godos⁴² estabelecidos na fronteira do Danúbio, zona que acomodou várias migrações a partir das últimas décadas do século II d.C., atravessaram o *limes* e conduziram uma série de ataques terrestres nas províncias do Baixo Danúbio e nos Balcãs; outros grupos de Godos assolaram a costa da Ásia Menor, da Bitínia e da Capadócia.

Os anos de maior instabilidade gerada pelas invasões situam-se no espaço de tempo mediado pelos principados de Décio e Aureliano (250 a 275 d.C.). Embora Maximino tenha obtido vitórias contra os Alamanos nos *Agri Decumates* e contra os Dácios e os Sármatas na Panónia, e Filipe, o Árabe, tenha conseguido repelir os ataques de Carpos e Godos na Dácia e na Mésia, a situação vai alterar-se no tempo de Décio. Esta alteração, que leva alguns autores a considerarem o período entre Maximino e Filipe a fase final do período Severo, coincide com

⁴¹ Heather 2010 108-109: “What exactly it meant to be an Alamann in the third century is much disputed (...). But all the physical evidence from the *Agri Decumates* – of jewellery, ceramic types and modes of burial – indicates that its new Germanic masters had their origins not very far to the east, in the lands of the so-called Elbe-Germanic triangle, west of the River Elbe from Bohemia in the south to Mecklenburg in the north.” Drinkwater 2007 7: “The earliest, third-century, Alamanni were not an *ethnos*, a *gens*, a people, or a ‘Volk’. As long-distance raiders, they arrived in modern south-west Germany randomly, not by tribal migration. The name Alamanni, though it had Germanic roots, won general currency as a Roman designation, identifying barbarians coming from and settling over the Rhine and Danube.”

⁴² A identidade dos povos e tribos que, ligados, são designados por Godos está sujeita a uma grande indeterminação, exponenciada pelo facto de as fontes antigas os designarem com nomes distintos. Drinkwater 2007 21: “However, it is now realized that, say, Goths and Vandals were extremely complex in their composition and aims (in particular, that ‘people’, the raw material of ethnogenesis, are not the same as ‘peoples’, its product), and that elsewhere the process of domination of Roman soil was much slower and even more convoluted.”. Vide também James 2014 21-49.

a ascensão dos Godos como ameaça mais organizada. Não se conhecem as circunstâncias em que ocorreu a aliança dos povos godos no Danúbio (embora a supressão dos subsídios no tempo de Filipe pudesse ter sido determinante), mas é certo que Décio os enfrentou, já coligados sob a liderança de Cniva. Possivelmente aproveitando os conflitos internos romanos da altura, Cniva invade a Mésia em 250 d.C.; repellido por Herénio Etrusco, filho de Décio, Cniva passa o Danúbio em direção aos Balcãs, onde toma Filipópolis na Trácia. No ano seguinte, Décio interceta Cniva na Mésia Inferior, junto ao *Forum Trebonii* (Abrito), quando marchava de regresso com os despojos da campanha. Décio perde a batalha e a vida, juntamente com Herénio, tornando-se o primeiro imperador caído em combate com um inimigo externo na história do Império.

O novo imperador, Treboniano Galo, fez a paz com os Godos, provavelmente condicionado pela mesma razão pela qual Filipe cessara as hostilidades com Sapor I, i.e., pela conveniência de regressar a Roma para garantir a sucessão. Além dos problemas na Pérsia, levanta-se uma nova ameaça, desta vez oriunda dos Godos do Mar Negro, que em 252 d.C., fazem incursões por mar ao longo da costa da Ásia Menor. E Cniva, na sequência da tentativa de usurpação de Emiliano, em 253 d.C., relança a ofensiva, tendo chegado à Macedónia.

Assim, quando Valeriano sobe ao poder, o império debate-se com problemas quer no Ocidente quer no Oriente. A política prosseguida no tocante à defesa vai acentuar uma tendência estratégica – a divisão funcional do império –, que com Diocleciano se desenvolverá e consolidará sob a designação de tetrarquia. Valeriano ocupar-se-ia do Oriente e, em breve, partiria para a Pérsia; por sua vez, Galieno, seu filho, regeria o Ocidente. Deste modo, na altura em que o pai enfrentava os Sassânidas, Galieno lidava com várias ameaças: depois da campanha bem sucedida na Panónia e na Dalmácia, Alamanos e Francos começaram a pressionar o Reno e a Península Itálica; um ataque franco atravessa a Gália e chega à Hispânia (a cidade de *Tarraco* é saqueada); e os Jutungos invadem a Itália, ameaçando a capital. A população resiste e Galieno derrota-os quando retiravam, perto da atual Milão em 260 d.C.. Obrigado a dirigir-se ao Danúbio para enfrentar novos usurpadores, ocorre a secessão na Gália. A hostilidade goda volta a fazer-se sentir a partir de 265 d.C., quando os Godos do Mar Negro atacam a Ásia Menor, saqueando várias cidades. O ataque é repellido por Odenato. Nos anos seguintes, os Godos do Danúbio atacam a Trácia por terra e os Godos do Mar Negro (presumivelmente os Herúlios) assolam a Grécia e a Macedónia por mar, tendo chegado ao coração da Grécia. Corinto, Argos e Atenas foram assediados, mas as populações resistiram, sob o comando do general e historiador Déxipo de Atenas.

Os problemas com os Godos na região do Danúbio viriam a ser resolvidos no tempo de Cláudio, agraciado com o título de *Gothicus Maximus*, após a batalha de Naísso em 269 d.C.. Todavia, a Dácia estava, ainda que informalmente, perdida; os Godos do Mar Negro continuaram a perturbar ilhas no Egeu e no Mar Negro; a secessão na Gália continuava a ser um problema não resolvido; e o perigo palmirense, na sequência da morte de Odenato, começava a emergir.

Após a morte de Cláudio Gótico, vítima da peste, Aureliano toma o poder em 270 d.C.. Incurções de Jutungos e Vândalos em Itália puseram em evidência a vulnerabilidade da capital a ataques que se faziam sentir em territórios cada vez mais próximos, circunstância que teria estado na base da decisão de construir uma muralha em torno da cidade de Roma. Não obstante, as maiores conquistas de Aureliano se situarem no plano da reunificação do império (ao derrotar Zenóbia, em 272 d.C., e Tétrico, na Gália, em 274 d.C.), a geografia do Império altera-se: os *Agri Decumates*, virtualmente perdidos, não voltariam a ser recuperados; e a Dácia, a última província anexada ao Império, não conheceria outra solução que não a da retirada formal.

Os Godos do Mar Negro pilharam novamente as províncias da Bitínia, Galácia e Capadócia no tempo de Tácito; com Probo, a Gália foi novamente atacada por Alamanos e Francos; contudo, o imperador restabeleceu a fronteira do Reno, assentou povos germânicos e incorporou-os nos exércitos. A seguir fez campanha na Récia. Depois de ter suprimido várias rebeliões e tentativas de usurpação, foi assassinado perto de Sirmio. Sobe então ao poder Caro que, à semelhança do que fizera Valeriano, divide funcionalmente o império: Caro assumiria o Oriente, região onde iria a morrer; Carino ocupou-se, com êxito, da fronteira do Reno, mas foi morto pelos seus homens depois de entrarem em combate com as tropas do novo líder emergente, Diocleciano.

3.3. Conflitos internos

O teatro bélico entre Romanos, Persas e povos bárbaros constituiu uma constante ao longo dos séculos precedentes. Mas, apesar das conquistas e reconquistas de territórios, como as breves resenhas acima expostas deixam antever, um dos fatores que distingue a situação relativamente aos séculos I e II é a crescente dificuldade que a conflitualidade interna lança sobre o contexto político-militar da época.

A crise política que se desenvolve no Império entre 235 e 284 d.C. caracterizou-se pela deterioração da autoridade imperial. Contrariamente àquele que foi o modo de sucessão mais usado no passado – a confirmação pelo Senado que formalmente transmitia os poderes a um herdeiro, nomeado pelo imperador precedente⁴³, e a sua aceitação pelos corpos militares (legiões e/ou guarda pretoriana⁴⁴) –, no período da crise do século III só Valeriano e Caro conseguiram

⁴³ Hammond 1956 126: “The status of successors varied widely according to their age and talents or the feeling of their predecessor. But three levels of status can be roughly differentiated. Beginning with Aelius under Hadrian, if not earlier, the term *Caesar*, which had been for *Augustus*’ the gentile nomen of a new ruling family, became a title placed after the full name to designate an heir who was not ready to assume major responsibility.”.

⁴⁴ Hammond 1956 63: “(...) the support of the troops came to be recognized openly as the real source and mainstay of the imperial power not only in cases of violent change but even when the succession was peaceful and prearranged. Ratification by the senate became, as already stated,

indicar um sucessor que tivesse chegado ao poder, razão pela qual não se estabeleceu propriamente nenhuma dinastia⁴⁵. Além disso, o modelo-padrão pelo qual se fez a transmissão do poder foi o da usurpação. O quadro institucional não previa a destituição dos imperadores. Na verdade, só as ações violentas, normalmente perpetradas por aspirantes ao império que granjeassem apoio entre os exércitos ou entre a guarda pretoriana, poderiam levar à queda de um imperador legítimo. No espaço de tempo em apreço, não só a maioria dos imperadores legítimos chegou ao poder desta forma, como teve de lidar com insurgentes que foram aclamados pelas tropas e reclamaram a autoridade imperial. Embora existissem exemplos no passado⁴⁶, neste período a aclamação de chefes militares pelas legiões no seu espaço de atuação militar, isto é, fora de Roma, tornou-se recorrente. E, não raras vezes sucedia que, no mesmo espaço de tempo, legiões diferentes aclamassem imperador cada uma o seu general e que vários adversários lutassem entre si antes de um deles se legitimar no poder.

As usurpações não anularam, contudo, a necessidade de legitimação institucional. Se o perfil dominante dos imperadores passa a ser o de “imperador soldado”, a verdade é que exemplos como o de Maximino Trácio, que foi legitimado pelo Senado em 235 d.C. sem ir a Roma, não foram a norma, mesmo nos casos em que o imperador aclamado se encontrava em estado de guerra. Na verdade, a relativa pressa com que Treboniano Galo e Filipe pactuaram o fim das hostilidades, respetivamente com os Godos e com os Persas, de forma a regressarem à capital para assegurarem a confirmação do Senado, demonstra que os mecanismos institucionais não haviam sido obliterados.

A rápida sucessão dos principados e os seus términos violentos foram favorecidos pela militarização do Império, feita a expensas das dificuldades crescentes em sustentar as invasões e manter as fronteiras. O crescimento da força do aparelho militar criou condições favoráveis a que imperadores, bem como usurpadores, emanassem do aparelho militar. Neste sentido, quer fossem alimentadas pelo descontentamento das tropas, ou pela emulação soberanista do usurpador, ou por uma vitória recente no campo de batalha contra inimigos externos, as pretensões ao poder imperial ver-se-iam sustentadas no apoio das legiões para as quais as circunstâncias imediatas seriam consideravelmente mais significativas do

an inevitable formality.”; idem, 126: “Normally the legions accepted the candidates whom the praetorians supported, though Nerva had to quiet unrest among the legions in Germany by adopting as his successor their commander Trajan.”.

⁴⁵ Hekster 2008 4: “From 235 onwards, no single dynasty dominated Roman politics, though many rulers tried to establish one. Thus, there were as many as three Gordians. Unfortunately for them, the first two (who were father and son) were proclaimed emperor together and ruled for all of three weeks (238), whereas Gordian III (238–44) became emperor whilst thirteen years old. He died aged nineteen, possibly in battle after utter defeat (...).”.

⁴⁶ Hekster 2008 58: “But becoming emperor through military acclamation was nothing new. Amongst emperors who gained power in this way are well-established ‘good’ emperors such as Vespasian and Septimius Severus.”. Sobre a relação entre exército e crise, vide de Blois 2007.

que a *vénia* à ideia de unidade do império corporizada na pessoa de um imperador já legitimamente investido. Esta conjuntura favoreceu e foi favorecida pela deterioração de uma das circunstâncias, não-formal, que ditava a longevidade de um principado: o reconhecimento da *auctoritas*. Na verdade, a frequência com que as legiões aclamavam imperadores, desafiando o quadro institucional estabelecido, prova que a *auctoritas* imperial se encontrava sujeita a um desgaste muito superior ao registado nos séculos anteriores. Se praticamente todos os imperadores tiveram de lidar com insurgentes, Galieno sofreu um número de tentativas de usurpação significativamente mais alto do que o assinalado para os principados anteriores e posteriores. A maior parte dessas tentativas ocorreram no início do seu principado (como imperador único): Ingénio é aclamado imperador na Panónia, Regaliano na Mésia e os Macrianos atuaram em duas frentes (Quieto ficou no Oriente, onde foi derrotado por Odenato; e Macriano marchou com o filho mais velho para Ocidente, onde foram aniquilados por Auréolo); e Póstumo rebelou-se na Gália, dando origem a uma secessão⁴⁷. Se esta profusão de pretendentes se pode explicar pela captura e subsequente morte de Valeriano no cativeiro persa, a verdade é que as consequências deste tipo de ação são semelhantes ao longo do período de crise: uma vez que o imperador ou os seus generais eram obrigados a deslocar os exércitos de forma a suprimir a ameaça resultante das usurpações, as hostilidades por parte dos povos invasores tendiam a recrudescer, o que levava, não raramente, ao aparecimento de novos usurpadores. Por exemplo, após a saída de Galieno do Reno para enfrentar Ingénio, houve investidas bárbaras tanto na Gália como na Península Itálica. Embora Galieno tivesse regressado e afastado a ameaça de Itália, a verdade é que não conseguiu evitar a ascensão de Póstumo na Gália. O padrão de resposta que se desenha no quadro das reações às usurpações, que frequentemente levam os imperadores a abandonar os combates com os povos bárbaros para se dirigirem ao encontro dos usurpadores, não deixa grande margem de dúvida no tocante à prioridade conferida à ameaça interna: “Much of the time, the emperor of the hour had to devote his attention to the threat from within even when attacks were under way from without: it was more important to protect the office than to ensure the tranquility of remote frontiers. Sometimes external security was sacrificed directly for internal (...)”⁴⁸.

Aos imperadores legitimados couberam tempos de governação curtos e concluídos de forma violenta. Com exceção de Cláudio Gótico, que morreu de peste, todos os outros perecem em quadro de hostilidade: Décio cai no combate com os Godos, Valeriano morre no cativeiro persa, Galieno e Caro em circunstâncias obscuras⁴⁹ e os restantes perdem a vida em virtude de conspirações

⁴⁷ Além destes, há notícia de mais quatro tentativas de usurpação ocorridas neste espaço de tempo (260-262 d.C.). Vide lista completa em Mennen 2011 255.

⁴⁸ Luttwak 2016 148.

⁴⁹ Vide notas 34 e 39.

ou no combate com um usurpador, sendo que, neste caso, a maioria é assassinada pelas próprias tropas, mesmo antes do início da batalha.

Todavia, é comumente aceite que houve esforços, sobretudo no tempo dos chamados “imperadores ilírios”⁵⁰, realizados em benefício da estabilidade. Essa estabilidade foi efetivamente lograda, com algum êxito, com a ascensão de Aureliano, que desenvolveu uma política de recuperação de uma Ordem, de influxo augustano⁵¹. A supressão dos opositores, incluindo as fações rivais no Senado, a reunificação (pese embora o abandono formal da Dácia⁵²) política e territorial do império, após derrubar Zenóbia e Tétrico, a pacificação das fronteiras⁵³, bem como a promoção de um conjunto de reformas estruturais extensíveis a setores como a economia, a administração e a defesa marcaram o seu principado como um tempo de *restauração*. No entanto, e independentemente do êxito das suas políticas, quer civis quer militares, Aureliano viria a perecer vítima de uma conspiração, provavelmente forjada por membros do seu círculo político e militar, não escapando ao grande padrão que, durante a crise se estabeleceu como resultado do enfraquecimento estrutural do poder imperial e ao qual nem os imperadores mais eficazes foram imunes.

⁵⁰ Expressão que designa os imperadores (Décio, Cláudio Gótico, Quintilo, Aureliano e Probo) nascidos na antiga província da Ilíria, cujo território foi posteriormente dividido entre as províncias da Panónia e da Dalmácia.

⁵¹ Watson 2003 207: “From the perspective of the 270s, the Severan age must have seemed tinged with gold. In his religious reforms and in his adoption of more overtly autocratic insignia and titles, Aurelian appears to look forward to the later empire and Byzantium more than back to Augustus. But this is largely an illusion: a trick of the light, or rather the lack of it. For in the dark ‘tunnel’ that is the mid-third century, the contrast between the early empire and the late empire has been exaggerated at the expense of the strands of continuity and gradual development. The traditional view underplays the degree to which Augustus’ rule was both autocratic and legitimated by divine sanction. Insufficient account is therefore taken of the extent to which the emperors of the third century saw themselves as continuing within a tradition which went back to the founder of the empire.” Vide também Dmitriev 2004.

⁵² Esta perda foi compensada com a criação da Dácia Aureliana, no território da Mésia Superior, para acolher a população romana da Dácia. Sobre o abandono da província, observa Potter 2004 270: “Unlike Valerian he [Aureliano] was not devoted to the world of the early third century, but rather to rationalizing the empire that he now ruled. The reunification of the empire would not be helped if resources were wasted in defending the indefensible.”

⁵³ Watson 2003 205: “His military successes also extended to Rome’s external enemies. In a tireless series of campaigns he managed to restore a degree of security to the shattered frontiers of the empire. From the perspective of his subjects in such troubled times, this protection was the most crucial benefit the emperor could provide. In driving back and decisively defeating the Goths, Aurelian effectively brought to an end their twenty-year-long rampage through the Balkan lands and the Aegean. He also took the momentous decision to withdraw all Roman forces still stationed north of the Danube and to evacuate a substantial number of civilians from the Dacian salient, resettling them south of the river. The main purpose of this move was to rationalize the strategic defence of the area, while giving more room to ease the barbarian pressure. In this way he hoped to make the new frontier along the river more readily defensible. After defeating the Carpi, he settled substantial numbers of them within the Roman empire, thereby setting an important precedent that would dramatically effect the course of Roman and indeed European history in the centuries that followed.”

3.3.1. O império das Gálias

A governação de Galieno foi gravemente perturbada por revoltas internas. Uma delas, liderada por Póstumo, em 260 d.C., deu origem ao *Imperium Galliarum*, isto é, a um reino independente, com a capital em Colónia, que compreendia as províncias da Germânia, da Gália (com exceção da Narbonense) e inicialmente da Récia, e ao qual se juntariam, no ano seguinte, a Hispânia e a Britânia.

O incidente que teria estado na base da aclamação de Póstumo pelos exércitos – uma querela com Silvano e Salonino relativamente à distribuição de um saque que havia sido recuperado do poder dos Francos – poderia ter-se constituído, à semelhança de outras tentativas de usurpação, como um acontecimento desprovido de efeitos estruturais. Todavia, a constante pressão sobre o Reno⁵⁴, a eficácia dos ataques bárbaros que, entretanto, tinham conseguido atingir a Hispânia, e o apoio das aristocracias locais à criação de uma soberania própria, sustentadas por um possível desenvolvimento de um nacionalismo gálico⁵⁵, constituíram fatores propícios à ascensão de Póstumo.

Embora Póstumo tenha aniquilado os representantes do poder imperial na região (Silvano e Salonino, filho de Galieno e representante do poder imperial), a base geográfica do novo poder, contrariamente ao que sucederá no Oriente, não se definiu por via de uma campanha militar de teor expansionista, mas a partir do reconhecimento político da nova soberania pelas elites provinciais. Com efeito, se, nas épocas de crise, as conjunturas locais tendem naturalmente a ganhar maior importância do que os problemas centrais, não é difícil entender que, nestas províncias, a visão da unidade global do império se tenha secundarizado em benefício da unidade interna vista no plano local e regional. Neste sentido, a criação de uma estrutura de poder autónoma tenderia a ser vista como a condição necessária e indispensável para a ativação de uma resposta mais eficaz aos problemas da segurança, que haviam crescido nomeadamente após Valeriano ter desguarnecido a fronteira do Reno para fortalecer o exército que o acompanhou na campanha contra Sapor I.

Todavia, não obstante a corte de Póstumo ser amplamente galicizada⁵⁶, o modelo político e militar adotado para a regência do *Imperium Galliarum* mimetizou a estrutura política do Império Romano: “Postumus had claimed

⁵⁴ Hekster 2008 26: “It has been often thought that in fact the direct cause of this usurpation was the defeat of Valerian in 260. In this view, the humiliation of Rome caused Postumus to take up arms. In 1992, however, as mentioned above, an important epigraphic find at Augsburg, dated 11 September 260, provided new evidence (...). Erected by the otherwise unknown Marcus Simplicinius Genialis, it is a dedication to *Victoria* for her aid in destroying the Semnoni and Juthungi. These, as mentioned, were the Germanic hordes who invaded Italy, taking many captives. On invading the territory which Postumus was in charge of they were defeated, enabling the commander to become a local saviour – taking up the name *Germanicus maximus* in the process.”.

⁵⁵ Vide Drinkwater 1987, esp. 20-28.

⁵⁶ Vide Potter 2004 261.

the consulship for himself and one of his associates, Honoratianus, taking as well a series of titles ordinarily associated with Roman emperors. He styled himself emperor Caesar Marcus Cassianus Latinius Postumus pius felix Augustus, pontifex maximus, Germanicus maximus, and holder of the tribunician power.”⁵⁷. O facto de o separatismo gálico não se ter constituído sobre uma base localista que tivesse privilegiado a formação de uma identidade própria sustentada na erradicação da estrutura de poder e do modelo de gestão imperial pode mitigar o entendimento da fragmentação que se gerou no império. Assim, se Eutrópio (*Brev.* 9.11) nos diz que Póstumo “preservou” o império romano, também a historiografia atual entende que a criação do *Imperium Galliarum* estabeleceu “(...) two imperial polities in Europe, both of which regarded themselves as *the* Roman Empire.”⁵⁸. Neste sentido, a criação de uma estrutura independente, a despeito de ter provado que a gestão dos interesses particulares de uma enorme zona geográfica era possível de realizar à margem da estrutura imperial global, demonstra que nem todas as fragmentações implicam a obliteração da continuidade.

A relativa longevidade desta soberania ficou seguramente a dever-se a uma efetiva demonstração da capacidade de sustentar os ataques bárbaros. Teria sido igualmente importante o facto de Póstumo não ter alargado as suas pretensões à titularidade do império romano, nem de ter iniciado nenhuma ação com o objetivo de destituir Galieno. Embora a cronologia seja incerta e as fontes não sejam totalmente claras, sabe-se que Galieno se moveu contra Póstumo em 265 d.C. e que Cláudio, na sequência da subida de Vitorino ao poder, enviou tropas para *Curalo* (atual Grenoble); contudo, as preocupações com outras regiões teriam minado qualquer tentativa estruturada de reconquista. Mas, o Império das Gálias não seria imune aos mesmos problemas internos que lesionaram o império romano. Em 269 d.C., Póstumo, na sequência da usurpação frustrada de Leliano na Germânia Superior, é morto pelo seu próprio exército, provavelmente por ter proibido o saque de *Mogontiacum* (atual Mainz). Marco Aurélio Mário foi então aclamado pelas tropas, mas seria deposto por Mário Vitorino, que reinou até 271 d.C.. Nesta altura, a situação do império das Gálias deteriorara-se: a Hispânia regressou à lealdade ao império romano; na Gália Central, os Éduos seguiram o mesmo caminho, mas foram cercados e severamente vencidos, sobretudo em virtude da falta de resposta de Cláudio aos apelos de auxílio. Após o assassinato de Vitorino, Tétrico sobe ao poder. Depois de uma rebelião na Gália Bélgica, em 274 d.C., enfrenta os exércitos de Aureliano. Na sequência do recontro, o Império das Gálias chega ao fim. Aureliano que, entretanto já derrotara Zenóbia no Oriente, restabelece a unidade do império romano e consagra-se como *Restitutor Orbis*. O último imperador do *Imperium Galliarum*

⁵⁷ Potter 2004 260.

⁵⁸ Kulikowski 2016 169.

é levado para Roma e exibido em cortejo, mas Aureliano poupa-lhe a vida e atribui-lhe um cargo na administração romana.

3.3.2. O império de Palmira

A resistência aos Persas Sassânidas, após a captura de Valeriano, foi, em grande parte, protagonizada por Odenato, que desempenhou um papel significativo não só no plano político, nomeadamente frustrando os planos traçados por Quieto e Balista para forçar a queda de Galieno, mas também no plano da resistência aos Sassânidas e aos Godos do Mar Negro. Odenato é agraciado por Galieno com o título de *Corrector totius Orientis*,⁵⁹ legitimando-se como senhor de uma potência regional, a qual, todavia, sempre reconheceu a autoridade de Roma. Depois de ser assassinado, em 267 ou 268 d.C., juntamente com o seu primogénito, o poder passa para o seu filho mais novo, Vabalato, mas foi Zenóbia que, na qualidade de regente do filho menor, governou a região, dando origem à segunda secessão vivida no seio do Império.

As circunstâncias em que ocorre esta secessão são muito diferentes das que levam à criação do Império das Gálias. Na base do conflito teria estado a reivindicação de Zenóbia de um estatuto para Vabalato que lhe garantisse o poder sobre a região nos mesmos termos em que havia sido concedido a Odenato: “The point at issue was surely the position that Odaenathus had held as *corrector totius Orientis*. Zenobia claimed this title, as if it were hereditary, for her son, Vaballathus. (...) For a Roman the status conferred by the holding of an office might be passed on, but not the office itself.”⁶⁰.

A aspiração de se legitimar politicamente nos mesmos domínios que Odenato⁶¹ levou Zenóbia a uma campanha armada, inicialmente contra a confederação dos Tanuquidas, fortemente opositora à hegemonia de Palmira na região, mas

⁵⁹ Sobre os títulos concedidos a Odenato, Potter 2004 259 observa: “Odaenathus appears to have taken his new role seriously, and to have used it to forge a remarkable position for himself. He appears variously on inscriptions as (...) “Lord of Tadmor” (Tadmor being the Semitic name of Palmyra); (...) “most famous senator and Lord of Tadmor”; (...) “most famous consular”; and, finally as (...) “King of Kings and *corrector* of the whole region.” (...) The title Lord of Tadmor, which is rendered in Greek as *exarchos Palmyrenon*, indicates his dominance within the city. The titles evocative of senatorial dignity appear a bit later, and parallel those of Abgar IX, the last king of Edessa, indicating that both men had received the *ornamenta consularia*, or consular ornaments, which were, at times, awarded to client rulers.”.

⁶⁰ Potter 2004 266-267.

⁶¹ Watson 2003 61: “Zenobia began to press her claim to exercise control over those parts of the empire which had lain within her husband’s competence, and increasingly expected compliance from the Roman administration in the region. This included not just the Syrian desert and Arabia, but the whole region from Asia Minor to Egypt. She was fully conscious that she possessed the military might to back her claim, and also that, at least south of Cappadocia, she could count on considerable local support for her cause.”.

que rapidamente se alargou a outros territórios. Na sequência do êxito da campanha, Palmira associou, quer pela via diplomática, quer pela via militar, sob o mesmo poder, grandes cidades da Cilícia, da Capadócia e da Mesopotâmia e a faixa territorial compreendida entre a Síria e o Egito.

Se as conquistas territoriais formam comumente um suporte para a reivindicação da soberania política, a verdade é que a constituição do Império de Palmira como um domínio independente suscita controvérsia. Downey sustenta que Zenóbia reclama a independência palmirense entre Março e Agosto de 271 d.C.⁶², apoiado no facto de as moedas cunhadas em Antioquia e Alexandria a representarem como *Augusta* e a Vabalato como *Augusto*. Ball, pelo contrário, vê nesta elevação um sinal da pretensão ao trono imperial: “The far more ambitious Zenobia instead sought to restore Rome by making her own family’s claim for the imperial purple, just as other ‘Augustuses’ had done in the past, both successfully and unsuccessfully. Coins struck in Antioch in 270 depicted both Aurelian and Wahballath. Further issues in Antioch and Alexandria in 271 depict Wahballath as Augustus and Zenobia as Augusta—all assertions of Roman pretensions, not of Palmyrene independence. Zenobia was merely one in a long line since Vespasian who had made bids for the purple from a Syrian power base.”⁶³.

Independentemente da leitura seguida, a expansão palmirense não parece ter resultado de uma estratégia pensada *ab initio*. Haveria certamente tensões, nomeadamente pelo facto de Galieno e Cláudio Gótico não terem reconhecido Vabalato com os títulos que Zenóbia ambicionava para o filho, algo que poderia não ser fundamental para o exercício do poder de uma família que, embora reinasse sobre uma cidade que não se regia pelo Direito de sucessão dinástica⁶⁴, exercia *de facto* a governação, mas que seria condição indispensável para garantir o controle sobre os territórios anteriormente sujeitos à autoridade de Odenato. Todavia, as hostilidades iniciais de Zenóbia não se exerceram contra Roma, mas contra uma confederação tribal, tradicionalmente hostil a Palmira. O êxito desta campanha e a morte de Cláudio no início de 270 d.C. podem ter impulsionado a pretensão de reforço do poder pela via militar. As fontes não permitem saber com clareza se, subjacente a esta aspiração, estaria algum desígnio independentista ou simplesmente a reivindicação

⁶² Downey 1961 266.

⁶³ Ball 2000 82. A mesma posição sustenta Andrade 2018.

⁶⁴ Palmira era governada por elites tribais e mercantis, mas, aparentemente, nunca se constituiu como um reino cujo poder fosse transferido hereditariamente. Todavia, Potter 2004 267 observa: “The coins of Vaballathus avoid claims to imperial power: he remains *vir consularis, rex, imperator, dux Romanorum*, a range of titles that did not mimic those of the central government. The status *vir consularis* was, as we have seen, conferred upon Odaenathus; the title *rex*, or king, is simply a Latin translation of *mlk*, or king; *imperator* in this context simply means “victorious general”; and *dux Romanorum* looks like yet another version of *corrector totius Orientis*. These titles proclaim a very simple principle: that the position of Odaenathus was, like that of a king in the Semitic world, inheritable.”

do reconhecimento de um *status quo* político-institucional semelhante ao do tempo de Odenato. Independentemente das razões, a verdade é que os acontecimentos do passado recente teriam estabelecido um modo de gestão da realidade política que permitem enquadrar as campanhas de Zenóbia. Com efeito, após a captura de Valeriano, as circunstâncias a Ocidente, fortemente assolado pelas invasões godas, geraram um contexto no qual a defesa e a conservação dos interesses da região, flanqueada a Este pelo poderoso Império Sassânida e vulnerável a Noroeste aos ataques godos do Mar Negro, passaram a depender, em grande parte, dos esforços e dos recursos militares e logísticos da própria região. Estas circunstâncias criaram as condições para a ascensão de uma liderança local forte, que, uma vez estabelecida e consolidada, gerou um sistema de interdependências entre o poder imperial e o poder local, embora sempre limitado pelo princípio da subordinação de Palmira à soberania de Roma. Se, no tempo de Odenato esse sistema de interdependências foi fundamental para uma gestão equilibrada dos interesses mútuos, não seria inadequado pensar que Zenóbia quisesse manter o paradigma. Todavia, os êxitos das campanhas, que se constituem não pouco frequentemente como mecanismos de reavaliação das subalternidades, e que, neste contexto, poderiam ter desencadeado a leitura de que a dependência em relação a Roma seria mais nominal do que real, pode ter determinado uma evolução na relação com o império – já lesada pela recusa em firmar Vabalato como *Corrector totius Orientis* – no sentido da autonomização da gestão dos interesses de palmirenses, independentemente de essa autonomização ter por alvo a criação de uma soberania independente ou de servir de alavanca para a reivindicação do trono imperial. Mas, como é evidente, Roma não poderia aceitar nenhuma destas pretensões.

Deste modo a formação de uma unidade territorial, que se estendia de *Ancyra* ao Egito, obteria uma resposta obstaculizante por parte do Império: Aureliano parte ao encontro de Zenóbia e envia Marco Aurélio Probo⁶⁵ para o Egito, que recupera o controle da província sem dificuldade. Em 272 d.C., o imperador está no Oriente e soma vitórias após vitórias. A maioria das cidades abre-lhe as portas ou capitula sem resistência. E, mesmo quando encontra oposição, como sucedeu em Antioquia e Émesa, locais em que inflige uma pesada derrota ao exército palmirense, Aureliano poupa as populações e evita os saques⁶⁶; uma clemência todavia compensada pelos tributos entregues pelas cidades, não se sabe se voluntária ou compulsivamente, que lhe permitiram pagar as despesas da guerra.

Uma vez chegado a Palmira, Aureliano sitia a cidade e tenta negociar a rendição. Zenóbia recusa, mas é capturada quando saía da cidade para, possivelmente, se dirigir a Ctesifonte e pedir auxílio aos Persas. A cidade resistiu mais uns dias, mas acabou por se render. O imperador tratou os palmirenses

⁶⁵ Provavelmente o futuro imperador. A rapidez da conquista pode ter sido lograda em virtude de uma negociação com o Prefeito nomeado por Zenóbia.

⁶⁶ Vide Potter 2004 271-2; e Watson 2003 71-72.

com a mesma clemência que dirigira aos habitantes das cidades caídas à sua passagem. Zenóbia foi julgada, mas escapou à sentença de morte, ao contrário do que sucedeu à maioria dos seus conselheiros e generais. No entanto, não escaparia à humilhação de ser levada em cortejo e exibida como prisioneira em várias cidades do Oriente e em Roma. O seu fim é ainda hoje alvo de controvérsia: segundo algumas fontes, teria sido decapitada; segundo outras, Aureliano ter-lhe-ia perdoado e oferecido uma *villa*, em *Tibur*, para aí viver na companhia dos seus filhos⁶⁷.

No ano seguinte, Aureliano regressa a Palmira na sequência de uma rebelião e do apoio dado pela cidade a um usurpador. A cidade é tomada, saqueada e consideravelmente destruída. Apesar de ter sofrido alguns melhoramentos urbanísticos no tempo de Diocleciano, Palmira não se voltaria a reerguer à altura das glórias do passado.

4. Reformas e Tendências

É comum a constatação de que as respostas aos problemas do tempo mediado entre 235 e 284 d.C. tiveram um alcance limitado. No entanto, quer as determinações e diligências conjunturais que empiricamente foram diligenciadas para debelar contratempos mais localizados, quer as reformas de grande escala institucional dinamizadas pelas políticas imperiais permitem divisar as tendências que se foram formando no quadro da reação à instabilidade; tendências que plasmam ainda a ideia de que a gestão do Império estava condicionada por uma realidade substancialmente distinta da vivida nos tempos precedentes.

A ascensão de Maximino marca uma tendência que se manterá nos tempos seguintes: ao principado elevam-se agora preferencialmente não elementos da ordem senatorial, mas equestres, com grande experiência militar. Como observa Hebblewhite, “Even the Senate understood this new political reality. When it met in 238 to appoint alternate emperors to Maximinus Thrax, Pupienus was explicitly chosen because of his military abilities. Zosimus goes further and says that the twenty candidates nominated by the Senate were chosen explicitly because each was well versed in military matters. This decision was made more important because the young Gordian III had never led troops in the field. The need for all three rulers to cement their military reputations could explain claims that, following the death of Maximinus, Pupienus planned a campaign against the Persians while Balbinus was to campaign against Germanic tribes.”⁶⁸.

À alteração registada no perfil dominante dos imperadores, que passa a assentar no modelo de “imperador soldado”, soma-se outra propensão: os imperadores são oriundos de áreas geográficas fortemente militarizadas e das quais

⁶⁷ HA, *Trig.* Tyr. 30. 27.

⁶⁸ Hebblewhite 2016 9.

tradicionalmente não provinham imperadores⁶⁹. A Panónia foi berço de Décio, Cláudio Gótico e Quintilo, Aureliano e Probo; a Mésia sê-lo-á de Diocleciano e a Dalmácia de Constantino, o Grande.

A militarização das províncias, sobretudo das mais expostas às invasões, fez com que o exército se tornasse a força motriz das transmissões do poder imperial, na maioria das vezes aniquilando um imperador legítimo e proclamando um usurpador. Se entre 235 e 284 d.C. houve mais de sessenta indivíduos que reclamaram o poder imperial⁷⁰, na sua maioria tendo por base o apoio militar, foi também a estrutura militar que esteve na base das destituições⁷¹. Neste sentido, os acontecimentos em torno da deposição de Maximino, nos quais o Senado assume, na sequência da revolta falhada dos Gordianos⁷², a iniciativa de declarar o imperador, por si confirmado em 235 d.C., como *inimicus publicus*, confirmando para o mais alto cargo do Império Pupieno, Balbino e Gordiano III, são relativamente atípicos.

A destituição e aclamação de novos imperadores não se pode dissociar do acesso aos recursos, sobretudo os necessários para o pagamento das despesas militares⁷³. A depreciação monetária, que obrigava ao transporte de grandes

⁶⁹ Potter 2004 264-265: “Prior to Claudius there had been two emperors from the Balkans. After Claudius, there would be only one Roman emperor who was not from a Balkan family until the year 378, when Theodosius I, from Spain, took the throne. This one exception is Carus, who ruled for all of two years, and he was from Narbonensis.”

⁷⁰ Goldsworthy 2009 138.

⁷¹ O papel do exército nas aclamações e destituições imperiais, pode ser equacionado a partir dos acontecimentos relacionados com o início e o final dos principados dos imperadores legitimados: Maximino, na sequência da sua destituição, reage, marchando para Itália, e é morto pelo seu exército; Pupieno e Balbino foram mortos pela guarda pretoriana; após a morte de Gordiano III, Filipe foi aclamado pelas tropas em 244 d.C. e será morto em batalha por um usurpador, Décio, em 249 d.C.; Décio morre em batalha com os Godos e Treboniano Galo é aclamado pelas tropas em 251 d.C.; dois anos depois, é contestado por Emiliano e morre às mãos dos próprios homens, que passam a apoiar o usurpador; Emiliano é morto dois meses depois por Valeriano. Depois da captura de Valeriano na Pérsia, o poder passa para o co-imperador Galieno em 260 d.C.; depois de enfrentar um conjunto significativo de insurgentes, Galieno é morto, oito anos depois da sua ascensão, pelos seus generais; o imperador seguinte, Cláudio, morre de causas naturais em 270 d.C.; o seu irmão Quintilo é nomeado imperador e reconhecido pelo Senado; poucas semanas depois, Aureliano marcha contra ele, tornando-se o novo imperador; cinco anos mais tarde, Aureliano seria vítima de uma conspiração nascida no seio do seu exército; Tácito é nomeado imperador e morre poucos meses depois, vítima de um motim no seu exército; Floriano foi aclamado pelas tropas, mas Probo contestou-o; os dois exércitos enfrentam-se e Floriano é morto pelas suas tropas; passados seis anos, Caro contesta Probo, que é morto pelo seu exército; Caro morre na Pérsia, em circunstâncias não esclarecidas; Numeriano, é assassinado; o irmão Carino morrerá às mãos dos seus soldados, na altura em que defrontava Diocleciano.

⁷² Gordiano I proclama-se imperador em África, juntamente com o seu filho Gordiano II; a revolta é aniquilada por Capeliano, Governador da Numídia, que mantém a fidelidade a Maximino.

⁷³ Potter 2004 169 observa: “(...) Maximinus reduced the amount of money for grain and other distributions at Rome, including, it seems, the subsidy for the state cult of deified emperors. (...) Maximinus’ financial problem was important. In his effort to keep his promise to his men, he

quantidades de moeda para as zonas de fronteira, tornou-se inviável. Para facilitar o acesso à moeda, as oficinas de cunhagem são descentralizadas: “In the west, from the Flavian period onwards, the mint of Rome provides all coinage, in gold, silver and aes. (...) This monopoly comes to an end in the middle of the third century with the opening of a mint at Viminacium on the Danube in 239. Then in their turn, in response to their needs for coinage, Valerian and Gallienus open new mints, usually close to the armies: at Trier (rather than Cologne, according to recent research), Milan, Viminacium, Siscia and Cyzicus.”⁷⁴. Esta descentralização, que aproximou a cunhagem aos lugares de atuação dos exércitos, constituiu, em muitos casos, um fator que favoreceu as usurpações, uma vez que os seus agentes tinham ao seu dispor uma forma de cunhar moeda em seu nome, patrocinando assim as suas proclamações.

A partir do tempo de Galieno, observa-se uma tendência, que assenta na fortificação das zonas de fronteira e das cidades, incluindo Roma. Aureliano discute com o Senado a construção de uma muralha em volta da capital que, a despeito de significar que as invasões estavam cada vez mais perto, trouxe uma garantia de segurança aos seus habitantes⁷⁵. Se as obras públicas de grande escala tendem a constituir-se como emissoras de mensagens ideológicas relativamente às capacidades de gestão dos governantes, a verdade é que a muralha de Aureliano reflete também a transformação estrutural ocorrida na identidade do sistema imperial: o grande império que se formara tendo por base uma política expansionista encontra-se agora na defensiva.

Esta circunstância é aferível também da relação dos imperadores com o divino. O século III viu crescer a influência do cristianismo, do maniqueísmo e do mitraísmo. Todavia o pluralismo religioso, que caracterizava o panteão romano, não se compaginaria com a ascensão de cultos de matriz monoteísta ou monoteizante, cujos cultuantes recusassem contribuir para a promoção da concórdia entre os planos humano e divino nos termos da *Pax deorum*, isto é, da observância devida às divindades tradicionais e cujo retorno se traduziria na segurança do Estado. Este contexto teria estado na base do Édito de Décio, datado de 250 d.C., no qual se ordenava aos habitantes do império que sacrificassem aos deuses tradicionais na presença de um magistrado que certificava a cerimónia. Esta imposição, da qual apenas os Judeus estavam dispensados, atingiu cultuantes de várias religiões, mas sobretudo cristãos⁷⁶. As desobediências

had taken a step that made him deeply unpopular at Rome, and the Roman plebs would prove to be one of the most important forces behind the revolt in 238. The notion that he promised a large donative, which he could not pay immediately, might also serve to explain why, despite his military virtues, Maximinus was not particularly popular in the army.”

⁷⁴ Corbier 2008 348.

⁷⁵ Dey 2011 oferece um estudo muito completo sobre a construção da muralha.

⁷⁶ Harper 2017 154: “Scholars have become wary of calling the religious policy of Decius a “persecution.” That is, perhaps, too one-sided a view. The desire to extirpate Christianity was not

foram julgadas e fizeram vários martírios. Contudo, a dimensão *Vrbi et orbi* do Édito, que divergia das perseguições anteriores porquanto decorrentes de “(...) local affairs determined by local conditions”⁷⁷ tem levado à consideração de que, subjacente às suas motivações, não estiveram apenas razões de natureza confessional, mas uma tentativa de, por via da restauração do tradicionalismo pagão de influxo conservador, fomentar a lealdade ao *princeps* e, por consequência, consolidar a unidade política do Império⁷⁸.

A política persecutória foi retomada no tempo de Valeriano, com a promulgação de dois decretos que agora visavam diretamente os cristãos: o primeiro, datado de 257 d.C., seria muito semelhante ao de Décio; o segundo, datado do ano seguinte, e que vitimou, entre outros, Cipriano de Cartago e o Papa Sisto II, expunha a hierarquia ao ordenar a punição de bispos, presbíteros e sacerdotes; além disso, previa a confiscação da propriedade a homens e mulheres de alta posição social e financeira (e a sua condenação à morte caso recusassem sacrificar aos deuses de Roma) e de todos os que estivessem relacionados com a corte imperial (que deveriam ainda ser condenados, presumivelmente às minas). O recrudescimento desta perseguição⁷⁹, que evoluiu, como Selinger eloquentemente expressa, de uma “exigência de lealdade para a punição da deslealdade”⁸⁰, terminou no tempo de Galieno.

Todavia, a relação dos imperadores com a religião voltaria ao primeiro plano com Aureliano, agora não no plano das intolerâncias,⁸¹ mas no plano da

the entire impetus for the policy. The empire-wide order of Decius to sacrifice might be imagined as a scaled-up version of the civic responses that the Antonine Plague had once provoked. But now, in an age of universal citizenship, the response to the crisis was all-encompassing, and compliance was not voluntary. None of this is incompatible with the possibility that suppressing Christianity was a conscious goal of Decius from the beginning. After all, the Christians' refusal to sacrifice was not only an act of defiance; it imperiled the protection of the gods in the face of the enveloping disaster.”.

⁷⁷ Rives 1999 135.

⁷⁸ Clarke 2008 626: “There is here a presage of those centralist pressures for conformity and homogeneity ... But it is clear that an attack on Christianity as such was not the object of the legislation.”.

⁷⁹ Clarke 2008 643: “This was persecution, because it was thought it mattered that Christian religious leaders should be extirpated and that Christians in positions of prominence should not be allowed to be seen publicly to repudiate ‘Roman ceremonies’ with impunity. (...) For the Roman governing circles, at least, it still remained incomprehensible that Roman citizens should fail so signally in their civic duties of honouring their Roman gods and acknowledging their sacred rites (‘civic duties’ – rather than ‘civil rights’ – was certainly their inherited mode of thinking). Haas 1983 136: “What prompted Valerian's abrupt change in imperial religion in August 257? The extant sources indicate that this shift in policy resulted the vast number of disasters, both political and economic, which rocked the empire from 255 to 258. These difficulties, such as plagues, barbarian invasions, and spiraling inflation, had been fairly common throughout the entire mid-third century. In the middle years of Valerian's reign, however, these various problems were multiplied on an unprecedented scale, and the empire entered into a period of acute crisis. This crises precipitated the persecution begun by Valerian in 257.”

⁸⁰ Selinger 2002 95.

⁸¹ Embora autores cristãos falem de um possível plano para uma nova perseguição, não subsistem evidências que o comprovem.

promoção de uma divindade externa. Se a imagética da vitória começou por dominar a iconografia do imperador, que se faz representar em associação com Júpiter, Marte e Hércules, após a derrota de Zenóbia ganha preponderância a associação com o deus *Sol*. A *História Augusta* integra uma história (*Aur.* 25) que dá corpo ao estabelecimento da relação do imperador com a divindade: durante a batalha contra Zenóbia junto a Émesa, os soldados estavam a ponto de abandonar o combate, mas o aparecimento de uma ‘imagem divina’ deu-lhes alento e as forças de Zenóbia acabaram derrotadas; no dia seguinte, Aureliano entra na cidade e dirige-se ao templo do Sol, onde encontra precisamente a mesma imagem que lhe garantira a vitória no dia anterior. A história é claramente fantasiosa, mas, tal como sucede com a maioria das narrativas deste tipo, é possível interpretá-la como uma reelaboração de elementos da realidade. Com efeito, após a campanha no Oriente, o culto solar⁸², que havia sido importante durante a dinastia severa e que Heliogábalo teria tentado sobrepor aos cultos romanos durante o seu breve principado, é reanimado. O imperador manda construir, em Roma, um templo ao deus *Sol Inuictus*, dotando-o de um colégio de sacerdotes e instituindo jogos de quatro em quatro anos. A cerimónia de consagração do templo “(...) appears to have taken place on 25 December 274, that is, on the feast of the winter solstice, thereafter known as *dies Invicti Natalis*.” A natureza da relação do imperador com o deus tem suscitado leituras de várias ordens, incluindo as de que Aureliano pretendia promover o henoteísmo, ou mesmo o monoteísmo solar, para combater o cristianismo. Com efeito, as religiões entrarão em competição, mas apenas no século seguinte, razão pela qual, como observa Watson, esta leitura parece constituir um anacronismo⁸³. Independentemente das incertezas e das controvérsias, o que parece seguro afirmar é que a imagética solar, que constituía um poderoso símbolo do poder político pelo menos desde Alexandre o Grande, foi projetada universalmente como símbolo da restauração do poder central e da unidade interna, conseguida a expensas da reunificação do Império.

A divisão das responsabilidades na gestão do império marcou outra das tendências registadas no período. Era comum que os imperadores elevassem à condição de Césares e Augustos os seus filhos. A tendência manteve-se neste período: Filipe, Décio, Treboniano Galo e Valeriano, Galieno e Caro nomearam

⁸² A identidade da divindade é, no entanto, controversa. Com efeito, havia vários cultos solares, de proveniências distintas. As opiniões mais comuns são as de que o deus Sol cultuado por Aureliano seria um dos três deuses solares venerados em Palmira; ou uma combinação sincrética desses deuses; ou, em uma leitura mais extensa, uma combinação de vários cultos solares orientais.

⁸³ Vide Watson 2003 198: “This is a fourth-century view, impossible to hold much before the reign of Julian, whose personal beliefs it indeed closely echoes. Solar henotheism, far from being a necessary third-century precursor of the drift towards the acceptance of monotheism and Christianity in the next century, must rather be understood as a fourth century reaction to Christianity and its spectacular advances. The standard view of Aurelian is therefore anachronistic and wholly unacceptable.”

os seus filhos, respetivamente Filipe II, Herénio Etrusco, Volusiano, Galieno e Salonino, Carino, co-imperadores, dos quais apenas Galieno e Carino garantiram a linha sucessória. Todavia, a partilha do poder e a adstrição desse poder a zonas territoriais distintas (como sucedeu com Valeriano e Galieno), de forma a potenciar a eficácia da resposta aos problemas que ocorriam simultaneamente em distintas regiões, desenvolver-se-á no tempo de Diocleciano e culminará na divisão efetiva do Império no tempo de Constantino. Neste capítulo, também a divisão territorial, de que é exemplo o Império das Gálias, no qual se estabeleceu um poder próprio e independente de Roma, constitui reflexo do movimento centrípeto que levará as regiões a concentrarem-se cada vez mais sobre si próprias, promovendo a gestão dos seus recursos no plano interno e redimensionando a sua posição na escala global que articulava as várias partes do Império nos séculos anteriores.

De igual forma, o facto de os imperadores, sobretudo a partir de Valeriano, passarem parte significativa dos seus principados fora de Roma, o que reflete o reconhecimento de que o epicentro dos problemas se encontrava nas fronteiras, constitui outra tendência que vai persistir. O reconhecimento da pressão imposta por esta realidade culminará, no tempo de Diocleciano, na criação de centros administrativos em localizações geográficas de fronteira, o que implicará o declínio da centralidade de Roma.

No plano das reformas, as medidas implementadas nos principados de Galieno e Aureliano, que visaram os setores militar e financeiro, não só se revestiram de uma significativa importância estratégica para a defesa e estabilização do império como seriam também objeto de conformações e ajustamentos nos séculos posteriores. A despeito da hostilidade das fontes antigas, nomeadamente da *História Augusta* (*Gal.* 4.3-5.1) e do *Liber de Caesaribus* de Aurélio Victor⁸⁴, que deve ser entendida no âmbito do quadro pró-senatorial que ideologicamente domina as obras, Galieno fez reformas militares e administrativas com as quais pretendia robustecer e dinamizar a capacidade de resposta aos problemas nas fronteiras. Entre essas medidas contam-se modificações nas estruturas de comando dos exércitos, que passam a estar confiadas exclusivamente a equestres de grande experiência militar; a criação de unidades móveis, independentes das legiões e fortemente apoiadas na cavalaria, que pudessem deslocar-se com celeridade entre as fronteiras; a promoção de uma linha de mobilidade vertical na carreira militar que permitia a ascensão da base ao topo; e ainda o afastamento de senadores do governo das províncias mais instáveis. Estas determinações projetaram-se sobre os tempos posteriores, embora de forma não linear: “Whilst Claudius Gothicus,

⁸⁴ Hekster 2008 41-43: “Famously, Aurelius Victor blames the emperor Gallienus for issuing an edict forbidding senators to take military appointments (...). Aurelius Victor was not entirely wrong. Yet he was not entirely right either. In provinces like Africa, where there were no long-term problems, loyal senators kept fulfilling governorships. Equally, nonmilitarily important positions in Rome and Italy went to members of the traditional elite.”.

Tacitus and Aurelian did not fundamentally change any of Gallienus' measures, Probus departed from the assiduous care and attention to the army, and Diocletian remoulded his policies, or diverted from them. Constantine brought them back.”⁸⁵ A estas determinações somar-se-ia, no tempo de Aureliano, a criação de unidades exclusivamente compostas por soldados bárbaros, principalmente de origem germânica, desenvolvimento que se ampliará também nos séculos seguintes (e que deu origem à teoria, hoje contestada, de que a barbarização dos exércitos teria sido um fator determinante para a queda do Império).

Os problemas que debilitaram as finanças imperiais vão ser também alvo de intervenção. Em um período no qual “Random imposts, the confiscation of property, and the debasement of the silver currency were all desperate attempts to cover or to delay the rapidly escalating costs of defense”⁸⁶, Aureliano vai implementar medidas para restaurar a confiança na moeda. Iniciada em 271 d.C., a reforma ganha escala em 274 d.C.. Entre as deliberações tomadas, contam-se o reforço do peso do antoniniano e do *aureus*; a revitalização e criação de novas oficinas de cunhagem (por exemplo, nos Balcãs e no Norte de África); a reorganização do sistema de cunhagem, sob o controle central do Estado, que passou a determinar “(...) the weight standard, the silver content and the choice of types issued.”⁸⁷.

Estas medidas tiveram um fraco efeito na economia⁸⁸, mas prefiguram um modelo de resposta à necessidade de reformar estruturalmente o expediente que, do ponto de vista financeiro, fora sistematicamente usado no passado para resolver a crise de liquidez e que, ao invés disso, causara uma inflação sem precedentes. Vinte anos mais tarde, as políticas de Diocleciano incorporarão um programa semelhante,⁸⁹ dando expressão à consciência da importância da robustez do setor financeiro para a estabilização e equilíbrio do Império.

⁸⁵ Southern 2001 83.

⁸⁶ Kelly 2004 110

⁸⁷ Watson 2003 136. Além disso, idem 128: “Certain stylistic changes can also be detected in the die-cutting, particularly an improvement in the lettering. This took place simultaneously across the mints operating in Aurelian’s name, suggesting a tightening of central control over the operation of the mints. As part of this restructuring, Aurelian moved the centre of his minting operation to Milan and set up two new mints in the Balkans. Both these measures set the tone for the restructuring of the mint system that was to follow.”

⁸⁸ Potter 2004 392: “Prices appear to have stabilized in the wake of the Aurelianic reform by the early 280s, and market forces appear to have brought about a relatively stable relationship between gold and the bullion *antoninianus* (a copper coin with a silver wash) that was the basic medium of exchange, so that a pound of gold was valued at roughly sixty thousand *antoniniani*; or, since gold coins were struck at the rate of sixty to the pound, one gold coin was worth one thousand of the bullion coins.”

⁸⁹ O influxo das reformas de Aureliano no tocante à política tributária e à administração é igualmente reconhecido como o início da transição que se consolidará com Diocleciano. Lo Cascio 2008 168-169: “It would mean that one of the most notable aspects of the general reorganization carried out during the tetrarchy – the fragmentation of the existing provinces

5. Conclusão

A definição do período que medeia o fim dos Severos e a subida ao poder de Diocleciano como um tempo de ‘crise’ não é unânime na historiografia moderna. Os estudos dividem-se genericamente entre os que caracterizam estas décadas como uma época de crise⁹⁰ (independentemente de lhe apontarem causas distintas) e os que conferem primazia a uma classificação tutelada pelos conceitos de “crises” ou “transformação”⁹¹. No primeiro caso (“crises”), os autores, sustentados no facto de que nem todas as regiões do império sofreram os mesmos reveses, põem em relevo as crises localizadas, de carácter regional, postergando tendencialmente a ideia de uma crise global e generalizada. No segundo caso (“transformação”), apoiados na evidência de que o Império sobrevive ao século III, valorizam sobretudo as transformações, perspetivando o período em uma linha de continuidade linear no quadro da cadeia histórica. Nenhum destes pontos de vista, no nosso entender, suprime *per se* a ideia de crise, não só porque, como qualquer cidadão do início do século XXI pôde constatar, mesmo as crises de impacto global não atingem todos as regiões de igual forma, mas também porque “transformação” não só não é um conceito diametralmente oposto ao de crise como constitui precisamente um dos efeitos de qualquer período de crise.

Além disso, as transformações ocorridas na sequência destes cinquenta anos não indicam que tenha havido uma solução para a crise ‘dentro da crise’. Com efeito, mesmo nos momentos em que a confiança parece ter sido restabelecida, o quadro institucional nunca se estabilizou. Se o milénio de Roma foi celebrado com festividades que, embora adiadas para 248 d.C., comemoraram simultaneamente a paz conseguida com a Pérsia e enaltecem as *res gestae* de um império que perdurava há mil anos, a situação nas fronteiras continuava a degradar-se e Filipe seria removido do poder por Décio no ano seguinte; de igual forma, se Aureliano granjeou a reunificação territorial do império e promoveu um amplo programa de reformas, a verdade é que o seu principado terminaria de forma tão violenta como qualquer outro, dando expressão à ideia de que a instabilidade se implantara medularmente no centro político do Império.

into smaller units – had a significant Italian precedent before the final imposition on the peninsula of parity with the provinces (even in fiscal matters). The divergence in our sources is perhaps symptomatic of the fact that Aurelian’s reign represented a transitional phase both fiscally and administratively.”

⁹⁰ Refiram-se, a título de exemplo, os estudos inaugurais de Edward Gibbon, Léon Homo, Michael Rostovtzeff, Ramsey MacMullen e Géza Alföldy; mais recentemente Wolf Liebeschuetz.

⁹¹ A título de exemplo, Christian Witschel e David Potter. Vide, sobre esta questão, Alföldy 2012 275-291.

Embora o Império tenha subsistido, o desajuste entre o modelo político e a dimensão dos problemas, demasiado vastos e graves para serem geridos de forma centralizada, vão levar a uma mudança no paradigma da estrutura do Estado romano, que será iniciada com a ascensão do último imperador a emergir no quadro destes quase cinquenta anos. Neste sentido, o período da “anarquia”, marcado por uma dinâmica de respostas, quer programáticas, quer motivadas pelas urgências e pressões do momento, a uma instabilidade sem precedentes conforma-se como um período de transição paradigmática, que culminará na institucionalização de um modelo de gestão mais adequado à realidade. O estabelecimento do Dominato com Diocleciano formalizará o reconhecimento de que a solução política e administrativa que Roma tinha encontrado com Augusto para gerir e administrar o seu espaço territorial se tornara insuficiente para resolver os novos desafios. Embora algumas das medidas tomadas durante a crise (a divisão funcional do poder, medidas financeiras e fiscais, a reforma da estrutura do aparelho militar) venham a enquadrar-se nas políticas do imperador, a reorganização do poder político, da administração civil e do aparelho militar estabeleceu de facto um novo paradigma político e organizacional que projetou o Império para uma nova era.

Tábua Cronológica

Milénio de Roma: 247 d.C.
Captura de Valeriano: 258
Império das Gálias: 260-274
Império de Palmira: 268-272

Principados:

Maximino: 235-238
Gordiano I e Gordiano II: 238
Pupieno e Balbino: 238
Gordiano III: 238-244
Filipe, o Árabe: 244-249
Décio: 249-251
Treboniano Galo: 251-253
Emiliano: 253
Valeriano e Galieno: 253-260
Galieno: 260-268
Cláudio Gótico: 268-270
Quintilo: 270
Aureliano: 270-275
Tácito: 275-276
Floriano: 276
Probo: 276-282
Caro, Numeriano e Carino: 282-285

Bibliografía

1. Fuentes

- Banchich, T. - Lane, E. (2009), *The History of Zonaras from Alexander Severus to the Death of Theodosius the Great*. Trans. by Banchich – Lane; intr. and com. by Banchich. London–New York, Routledge.
- Banchich, T. (2000), *Epitome de Caesaribus: A Booklet About the Style of Life and the Manners of the Imperator. Sometimes Attributed to Sextus Aurelius Victor*. Buffalo, New York, Canisius College Translated Texts.
- Bird, W. B. (1993), *Eutropius: Breviarium*. Trans., intr., notes and com. Liverpool, Liverpool University Press.
- Bird, W. B. (1994), *Aurelius Victor: De Caesaribus. Book of the Caesars*. Trans., intr. and com. Liverpool, Liverpool University Press.
- Candau Morón, J. M. (1992), *Zósimo. Nueva Historia*. Intr., trad. e notas. Madrid, Editorial Gredos.
- Creed, J. L. (1984), *On the Deaths of the Persecutors*. Ed. and trans. New York, Clarendon Press.
- Chastagnol, A. (1994), *Histoire Auguste: les empereurs romains des IIe et IIIe siècles*. Paris, R. Laffont.
- Eadie, J. W. (1967), *The Breviarium of Festus: a critical edition with historical commentary*. London, Athlone Press.
- Magie, D. M. (1921-1932), *Historia Augusta*. 3 vols. Ed. and trans. Cambridge Mass., Harvard University Press (Loeb).
- Whittaker, C. R. (1969–1970), *Herodian, History of the Empire after Marcus*. Ed., trans. and notes. Cambridge Mass., Harvard University Press (Loeb), 2 vols.

Dodgeon – Lieu (vide referência em 2. Estudos) oferecem a tradução de um conjunto de fontes importantes para o período. Entre outros, encontram-se traduções de excertos de Déxipo de Atenas, Eunápio, João de Antioquia, Jordanes, Malalas, Sincelo, Al-Tabari, bem como dos *Oracula Sibyllina* e de inscrições epigráficas. Também Hekster (vide referência em 2. Estudos) apresenta um conjunto de fontes traduzidas, entre as quais um excerto das *Res Gestae Divi Saporis* (pp. 112-114).

2. Estudos

- Alföldy, G. (1974), “The Crisis of the Third Century as seen by Contemporaries”, *GRBS* 15 89 -111.
- _____ (1989), *Die Krise des Römischen Reiches*. Stuttgart, F. Steiner.
- _____ (2011⁴), *Römische Sozialgeschichte*. Stuttgart, F. Steiner. Trad. de J. M. Abascal (2012), *Nueva historia social de Roma*. Sevilla, Universidad de Sevilla.
- Andrade, N. J. (2018), *Zenobia, Shooting Star of Palmyra. Women in Antiquity*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Arce Martínez, J. (1993), “La ciudad en la España tardorromana: ¿continuidad o discontinuidad?” in *Ciudad y comunidad cívica en Hispania: siglos II y III d. C. = Cité et communauté civique en Hispania: actes du colloque organisé par la Casa Velazquez et par le Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 25-27 janvier 1990*. Madrid, Casa de Velázquez 177-184.
- Ball, W. (2000), *Rome in the East: the transformation of an empire*. London – New York, Routledge.
- Birley, A. R. (2007), “Britain during the third century crisis” in O. Hekster – de G. Kleijn – D. Slootjes, eds, *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24*. Leiden – Boston, Brill 45-55.
- Bravo Castañeda, G. (1993), “La otra cara de la crisis: el cambio social” in *Ciudad y comunidad cívica en Hispania: siglos II y III d. C. = Cité et communauté civique en Hispania: actes du colloque organisé par la Casa Velazquez et par le Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 25-27 janvier 1990*. Madrid, Casa de Velázquez 153-160.

- Burns, A. R. (1920-1970), *Money and monetary policy in early times*. London, Routledge (repr. 2013).
- Clarke, G. (2008), "Third-century Christianity" in A. Bowman – P. Garnsey – A. Cameron eds., *The Cambridge Ancient History vol. XII: The Crises of Empire A.D.193-337*. Cambridge, Cambridge University Press 589–671.
- Corbier, M. (2008), "Coinage and taxation: the state's point of view, a.d. 193–337" in A. Bowman – P. Garnsey – A. Cameron, eds *The Cambridge Ancient History vol. XII: The Crises of Empire A.D.193-337*. Cambridge, Cambridge University Press 327-392.
- Christol, M. (1975), "Les règnes de Valérien et de Gallien (253–268): travaux d'ensemble, questions chronologiques", *ANRW* II.2 803–827.
- Crawford, M. H. (1975), "Finance, coinage and money from the Severans to Constantine", *ANRW* II.2 560–593.
- de Blois, L. (2007), "*The Military Factor in the Onset of Crises in the Roman Empire in the Third Century AD*" in L. de Blois – E. Lo Cascio, eds. *The Impact of the Roman Army (200 BC–AD 476): Economic, Social, Political, Religious and Cultural Aspects*. Leiden – Boston, Brill 495-508
- Dey, H. W. (2011), *The Aurelian Wall and the Refashioning of Imperial Rome, AD 271–855*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Dmitriev, S. (2004), "Traditions and innovations in the reign of Aurelian", *CQ* 54 568-578
- Dodgeon, M. H. – Lieu, S. N. (1991), *The Roman eastern frontier and the Persian wars (AD 226-363): A Documentary History*. London, Routledge.
- Downey, G. (1961), *History of Antioch in Syria from Seleucus to the Arab Conquest*. Princeton, Princeton University Press.
- Drinkwater, J. F. (1987), *The Gallic Empire: separatism and continuity in the North-Western provinces of the Roman Empire, AD 260-274*. Stuttgart, Steiner.
- _____ (2007), *The Alamanni and Rome 213-496: (Caracalla to Clovis)*. Oxford, Oxford University Press.
- _____ (2008), "Maximinus to Diocletian and the 'crisis'", in Bowman, A. – Garnsey, P. – Cameron, A. eds. *The Cambridge Ancient History vol. XII: The Crises of Empire A.D.193-337*. Cambridge, Cambridge University Press 28-66.
- Edwell, P. (2008), *Between Rome and Persia: The Middle Euphrates, Mesopotamia and Palmyra under Roman Control*. London – New York, Routledge.
- Goldsworthy, A. K. (2009), *How Rome fell: Death of a superpower*. New Haven – London, Yale University Press.
- Harper, K. (2017), *The Fate of Rome: Climate, Disease, and the End of an Empire*. Princeton, Princeton University Press.
- Haas, C. J. (1983), "Imperial religious policy and Valerian's persecution of the Church, A.D. 257–260", *ChHist* 52 133-144.
- Hammond, M. (1956), "The Transmission of the Powers of the Roman Emperor from the Death of Nero in AD 68 to that of Alexander Severus in AD 235", *MAAR* 24 61-133.
- Heather, P. (2005), *The fall of the Roman Empire. A New History of Rome and the Barbarians*. Oxford, Oxford University Press.
- _____ (2010), *Empires and barbarians. The Fall of Rome and the Birth of Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- Hebblewhite, M. (2016), *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire, AD 235–395*. London – New York, Routledge.
- Hekster, O. (2008), *Rome and its Empire, AD 193-284*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- James, E. (2014), *Europe's Barbarians AD 200-600*. Oxford, Routledge.
- Jongman, W. (2007), "Gibbon was right: The decline and fall of the Roman economy" in Hekster, O. – de Kleijn, G., – Slootjes, D., eds. *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24*. Leiden – Boston, Brill 183-200.
- Lafaurie, J. (1975), "L'Empire gaulois: apport de la numismatique", *ANRW* II.2 853–1012.
- Loriot, X. (1975^a), "Les premières années de la grande crise du III^e siècle: De l'avènement de Maximin le Thrace (235) à la mort de Gordien III (244)", *ANRW* II.2 657–787.
- _____ (1975^b), "Chronologie du règne de Philippe l'Arabe (244–249 après J.C.)", *ANRW* II.2 788–797.
- Kelly, C. (2004), *Ruling the later Roman Empire*. Cambridge Mass., Harvard University Press.

- Kulikowski, M. (2016), *The Triumph of Empire: The Roman World from Hadrian to Constantine*. Cambridge Mass., Harvard University Press.
- Liebeschuetz, W. (2007), "Was there a crisis of the third century?" in O. Hekster – G. de Kleijn, – D. Slootjes, eds, *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24*. Leiden – Boston, Brill 11-20.
- Lo Cascio, E. (2008), "The Emperor and his administration. The government and administration of the empire in the central decades of the third century" in A. Bowman – P. Garnsey – A. Cameron, eds *The Cambridge Ancient History vol. XII: The Crises of Empire A.D.193-337*. Cambridge, Cambridge University Press 156-169.
- Luttwak, E. (1976), *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century CE to the Third*. Baltimore, Johns Hopkins University Press (repr. 2016).
- Manders, E. (2012), *Coining images of power: patterns in the representation of Roman emperors on imperial coinage, AD 193-284*. Leiden – Boston, Brill.
- Martino, F. D. (1985), *Historia económica de la Roma antigua*. Madrid. Akal.
- Marzano, A. (2011), "Rank-Size Analysis and the Roman Cities of the Iberian Peninsula and Britain: some Considerations", in A. Bowman – A. Wilson, eds *Settlement, urbanization, and population*. Oxford, Oxford University Press 196-228.
- Mennen, I. (2011), *Power and status in the Roman Empire, AD 193-284*. Leiden – Boston, Brill.
- Nappo, D. (2007), "The impact of the third century crisis on the international trade with the East", in O. Hekster – G. de Kleijn – D. Slootjes, eds *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24*. Leiden – Boston, Brill 233-244.
- Nicols, J. (2007), "Mapping the crisis of the third century", in O. Hekster – G. de Kleijn – D. Slootjes, eds *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24*. Leiden – Boston, Brill, 429-438.
- Petersen, H. (1955), "Senatorial and equestrian governors in the third century AD", *JRS* 45 47-57
- Potter, D. S. (2004), *The Roman Empire at Bay, AD 180-395*. London – New York, Routledge.
- Pohlsander, H. A. (1986), "The religious policy of Decius", *ANRW* II.16.3 1826-1842.
- Polverini, L. (1975), "'Da Aureliano a Diocleziano', *ANRW* II.2 1013-35.
- Reece, R. (1981), "The Third Century, crisis or change?", in A. King – M. Henig, eds *The Roman West in the Third century*. Oxford, BAR.
- Rives, J. B. (1999), "The decree of Decius and the religion of empire", *JRS* 89, 135-154.
- Selinger, R. (2002), *The mid-third century persecutions of Decius and Valerian*. Frankfurt, Peter Lang.
- Southern, P. (2001), *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London – New York, Routledge.
- Sotgiu, G. (1975), "Aureliano (1960-1972)", *ANRW* II.2 1039-1061.
- Syme, R. (1971), *Emperors and biography: studies in the Historia Augusta*. Oxford, The Clarendon Press.
- Watson, A. (1999), *Aurelian and the third century*. London – New York, Routledge (repr. Taylor and Francis e-library 2003).
- Witschel, C. (2004), "Re-evaluating the Roman West in the 3rd c. AD", *JRA* 17 251-81.
- Ziolkowski, A. (2011), "The Background to the Third-Century Crisis of the Roman Empire" in J. P. Arnason – K. A. Raafaub, eds *The Roman Empire in Context: historical and comparative perspectives*. Malden – Oxford, Wiley-Blackwell 113-133.